

CUT, MST e UNE buscam agenda conjunta .....	1
Protesto em cartório não estimula pagamento de dívida trabalhista.....	2
Inquéritos contra magistrados foram "Marco" no judiciário alagoano, diz corregedor.....	3
Ralés, batalhadores e uma nova classe média. Entrevista especial Jessé de Souza.....	4
Centrais se reúnem com governo para negociar mínimo de R\$ 580 .....	9
Dilma e os sindicatos .....	9
"Podemos chegar ao ponto em que a tecnologia talvez não precise mais da gente" .....	11
Briga por espaço marca Conselhão.....	13
OAB e entidades da BM ficam fora.....	13
Governo e centrais negociam mínimo .....	14
Reaplicação foi tranquila .....	14
Centrais querem aprovar R\$ 580 .....	15
Sindiágua contra privatização .....	15
Empresa construirá base para transportar trabalhadores do polo.....	15
SERGIPE: Enfermagem do Hospital Universitário contra aumento da jornada .....	16
Centrais se reúnem com governo para negociar mínimo de R\$ 580 .....	17
Decisões do supremo podem modificar justiça do trabalho .....	18

### **CUT, MST e UNE buscam agenda conjunta**

As três maiores organizações que representam os movimentos social, sindical e estudantil do país planejam a elaboração de uma agenda conjunta, a ser oferecida à presidente Dilma Rousseff. Nela, constarão as prioridades pelas quais o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) brigarão juntos. A formação deste bloco de representação foi discutida em agosto do ano passado, durante as eleições presidenciais - todos apoiaram a presidente eleita - e a conversa será retomada nas próximas semanas.

"A CUT elaborou um documento com 213 propostas para o novo governo. Como nós, as outras organizações estão fazendo o mesmo, o que cria um volume grande de pautas", avalia o presidente da CUT, Artur Henrique. "A ideia é que as três organizações peguem só os pontos prioritários para que possamos batalhar juntos", acrescenta. A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a mudança dos índices de produtividade rural e a destinação de 50% do fundo pré-sal para a educação são pontos de convergência na pauta de CUT, MST e UNE e segundo seus representantes, seguramente farão parte da agenda.

Até o momento, as entidades aguardam para saber como será o relacionamento com o novo governo. De certo, deve ficar a cargo de Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, a tarefa de intermediar o contato, cumprindo a função que foi de Luiz Dulci durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Entrevistados pelo Valor, os presidentes de CUT, MST e UNE concordam que o relacionamento com o governo melhorou muito nos últimos oito anos, mas cobram que Dilma dê o próximo passo: "Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), nós nunca fomos nem recebidos pelo presidente. Isso melhorou radicalmente com Lula. Mas agora, queremos influenciar na política, na tomada de decisões, assim como os empresários e outros personagens da sociedade", afirma Artur Henrique. "As discussões sobre o aumento do salário mínimo mostram isso. Mesmo que seja para fechar em R\$ 545, como o governo quer, não é simplesmente nos comunicar e esperar a nossa reação. É decidir junto", acrescenta.

Uma conquista do sindicalismo durante o governo Lula, diz Artur Henrique, foi aprovação, no dia 29 de dezembro, da lei federal nº 12.353, que assegura o direito de eleger um representante dos

funcionários no conselho de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladoras em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto.

Para José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, "houve muito diálogo, mas pouca efetividade". Batista cita como maior avanço do governo Lula na relação com os sem-terra a assimilação da produção do grupo com garantia de preço. "No entanto, a implantação de escolas nos assentamentos, uma prioridade, ainda não ocorreu. Mas melhorou muito o relacionamento. Nosso acesso hoje é bom até no Ministério da Agricultura", observa. Augusto Chagas, presidente da UNE, afirma que o ex-presidente recebeu a UNE "pelo menos quatro vezes por ano, durante os dois mandatos".

As decisões de cunho econômico também são alvo das organizações, que pleiteiam participação na efetivação de propostas de campanha, como a desoneração da folha de pagamentos: "Queremos saber qual será a contrapartida para o trabalhador", diz, Artur Henrique. Para os sindicalistas, a valorização do salário mínimo, por eles defendida, foi fator essencial para o enfrentamento da crise econômica mundial, em 2008, o que lhes daria gabarito para ter maior influência na tomada de decisões.

A CUT já tem agendados dois eventos em Brasília para março: um seminário sobre a reforma tributária e uma "ocupação pacífica" dos três Poderes, com maior concentração no Congresso Nacional. No fim do mesmo mês, a UNE prepara uma série de passeatas, em todas as capitais, com vistas de pressionar o Congresso Nacional a incluir no Plano Nacional de Educação (PNE), a ser votado neste ano, o investimento obrigatório de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) anual do país na educação: "Hoje, menos de 40% dos jovens entre 18 e 24 anos concluem o ensino médio. Para um país que quer ser desenvolvido, estamos desperdiçando um potencial imenso", observa Chagas.

VALOR ECONOMICO

### **Protesto em cartório não estimula pagamento de dívida trabalhista**

O protesto em cartório de créditos trabalhistas ainda não gerou o efeito desejado pelo Judiciário. No Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região - que abrange a Grande São Paulo e a Baixada Santista -, primeiro a implementar a prática e o único a utilizá-la em larga escala, já foram lavrados 1.244 protestos, que cobram cerca de R\$ 36 milhões. Deste total, só R\$ 99,7 mil (0,28% do montante) foram recuperados, de acordo com levantamento realizado pela Corte trabalhista.

A prática, iniciada pelo TRT da 2ª Região no ano passado, mas prevista em convênio desde 2008, já foi adotada por outros tribunais trabalhistas, que fecharam convênios com institutos de protestos locais. Entre eles, os tribunais regionais de Campinas (SP), Piauí, Mato Grosso, Ceará e Paraíba. De acordo com o regulamento dessas Cortes, essa possibilidade só deverá ser usada como último recurso, depois de esgotadas todas as tentativas de execução, incluindo a penhora on-line de contas bancárias e bens. O protesto, quando aplicado, será imediato, pois os juízes podem requerê-lo por meio de um sistema on-line. A negativação vale para todo o país.

Apesar do baixo índice de recuperação, a juíza auxiliar da presidência do TRT de São Paulo, Maria Cristina Trentini, afirma acreditar que o convênio firmado atingiu sua finalidade. "A ideia não é apenas obter o pagamento imediato da dívida, mas retirar o devedor de sua zona de conforto. Ele é quem deverá procurar o credor para restabelecer suas linhas de crédito", diz a magistrada, acrescentando que, ao não localizar ativos financeiros e bens em nome de devedor, não restaria outra forma de cobrar o pagamento de uma dívida.

Em São Paulo, a maioria das dívidas foram quitadas antes da efetivação do protesto. Foram pagos 18 títulos, em um valor total de R\$ 88,7 mil. Já após o protesto, somente quatro devedores regularizaram sua situação. Os créditos, vencidos há mais de dez anos, somaram cerca de R\$ 11 mil. A juíza, porém, faz a ressalva de que existem outros acordos efetuados que ainda não foram contabilizados pelos cartórios. O pagamento em geral se dá, segundo Maria Cristina, nos processos de valores pequenos.

O mecanismo, na opinião da juíza, já contribui para a redução da inadimplência de uma forma geral. "Os empregadores que sabem dessa possibilidade de protesto não deixam mais a situação chegar a esse ponto", afirma. Segundo ela, o convênio é destinado principalmente aos processos antigos, cuja execução não foi finalizada por não se encontrar bens dos devedores passíveis de penhora.

Nem todas as varas do trabalho de São Paulo utilizam o sistema, de acordo com a juíza do TRT de São Paulo, embora a adoção da prática seja incentivada pela corregedoria. "Até mesmo o convênio Bacen-Jud (penhora on-line de contas bancárias) encontrou resistência entre os magistrados", diz. O convênio entre o TRT Paulista e o Instituto de Protesto de Títulos de São Paulo foi firmado em dezembro de 2008, mas só começou a ser utilizado no ano passado.

Outro tribunal que já utiliza os protestos é o TRT da 7ª Região (CE). A Corte assinou convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Ceará em maio do ano passado. Mas, por enquanto, apenas uma empresa foi protestada por dever quase R\$ 1 mil, segundo dados da assessoria de imprensa do tribunal.

O TRT da 15ª Região (Campinas), que também já adotou a prática de protesto em cartório para tentar acelerar o pagamento de 380 mil processos, foi ainda mais longe. A Corte também firmou um convênio com a Serasa Experian para negativar o nome dos devedores. No entanto, segundo a assessoria de imprensa do tribunal, ainda não há um balanço sobre os protestos e negativações já efetuados. O TRT da 22ª Região (Piauí) também já anunciou ter firmado convênio com a Serasa. Este mês, mais um tribunal resolveu implantar a medida. Agora foi a vez do TRT da Paraíba firmar convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil. De acordo com a assessoria de imprensa, a Corte está fazendo um correção para avaliar quais dívidas serão levadas a protesto ainda em janeiro.

VALOR ECONOMICO

### **Inquéritos contra magistrados foram "Marco" no judiciário alagoano, diz corregedor**

Corregedor do TJ/AL se despede do mandato com 2343 manifestações investigadas pela corregedoria. "Justiça lenta é Injustiça" explicou ele

A poucos dias de deixar o cargo de corregedor do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), que ocupou durante o biênio 2009/2010, o desembargador José Carlos Malta Marques afirmou se sentir tranquilo e recompensado pelos trabalhos desenvolvidos durante sua gestão. Foram 2343 manifestações investigadas pela Corregedoria, sendo 987 em 2009 e 1356 em 2010. Destas, 331 resultaram em relatórios de desvio de conduta contra magistrados e 184 em procedimentos relacionados a servidores do judiciário alagoano.

Malta Marques explicou que encaminhou o resultado das investigações para o pleno do TJ/AL, responsável em decidir pela abertura de inquéritos administrativos e ainda, pela punição, caso sejam comprovadas irregularidades. Segundo ele, muitas denúncias geralmente ocorrem devido à lentidão processual, destacando que além da fiscalização existe um trabalho para orientar os serviços jurisdicionais.

"Alguns serviços não podem ser colocados em prática por falta de estrutura. Existem Comarcas onde o Fórum tem dez computadores, mas só dois funcionam, então acionamos o setor responsável no TJ. Há situações que envolvem lotação de funcionários e temos que fazer remanejamentos. O plantão do judiciário em Rio Largo estava funcionando sem policiamento e foi preciso acionar o comando da PM para resolver o problema. Acho que nas Comarcas menores os juízes são mais jovens e atentos", contou.

O desembargador explicou que essas ações fazem parte de uma política nacional, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para mudar a imagem do Poder Judiciário, que estava desacreditado, principalmente por causa da lentidão em julgar os processos. Ele afirmou existir uma relação cordial e de parceria com a entidade, contando que muitas denúncias que chegam ao CNJ são encaminhadas para a Corregedoria.

“Justiça parada é injustiça e é diante disso que verificamos falhas no trabalho dos magistrados. É preciso lembrar que o CNJ é o responsável por essa nova fase do judiciário, embora trabalhemos em conjunto. Quando as denúncias são encaminhadas para nós, apuramos e em seguida, devolvemos os resultados”, destacou.

#### Investigações

O corregedor ressaltou a importância dos procedimentos adotados acerca da fraude do seguro Dpvat, em Arapiraca e que teve repercussão nacional. Ele contou que a investigação começou após as declarações do presidente da Ordem dos advogados do Brasil, seccional Alagoas (OAB/AL), Omar Coelho diante da prisão de cinco advogados, a pedido da 17ª Vara Criminal d Capital e que resultou na abertura de inquérito administrativo contra seis magistrados da ativa e um inativo.

“Detectamos irregularidades de natureza processual, remetidas ao pleno do TJ, que por unanimidade abriu o procedimento administrativo contra os acusados. Houve o sorteio de um desembargador para presidir a investigação. Diante das prisões o presidente da OAB disse que era impossível que os advogados tivessem agido sem a conivência de juízes. A Corregedoria teve a obrigação de fazer uma correição extraordinária, designando uma comissão para analisar todos os processos e elaborar um relatório”, contou.

Malta Marques lembrou que em muitos processos do Dpvat as sentenças foram proferidas de forma irresponsável, destacando que outros procedimentos, a exemplo do que investigou o juiz José Carlos Remígio, acusado de ameaçar a ex-mulher e que chegou a ser preso por agressão à namorada e desacato a policiais militares, são marcos do judiciário alagoano.

“No caso do Dpvat havia sentenças em que os valores da indenização eram altos demais, direcionados a pessoas que não sofreram acidentes ou que não existiam. Encontramos casos de beneficiados que apesar da decisão judicial, nunca tiveram acesso ao dinheiro. Diante dessa apuração, o judiciário adquiriu mais credibilidade e eu espero ter dado minha contribuição para isso”, destacou.

#### Melhorias

Nesta gestão houve a criação do Centro de Custódia de armas, que era um projeto antigo do TJ/AL. O desembargador explicou que quando o inquérito policial chega ao judiciário, em casos de homicídio vem acompanhado pela arma do crime, que era encaminhada para o cartório local, gerando insegurança e despertando a atenção de criminosos.

“Agora as armas vão para o Centro de Custódia e são cadastradas, por meio de um software, ficando à disposição do juiz para perícia. Outro ponto importante é a realização de concurso público nos cartórios, que é determinação do CNJ. Há muitas pessoas que trabalham em situação irregular, mas existe uma comissão no TJ para tratar desse assunto”, informou.

Ele destaca com orgulho a efetividade da Ouvidoria, reativada em sua gestão e que funciona das 7:30 às 13:30, como um canal direto com sociedade, que pode reclamar e deixar sugestões para melhorar o atendimento jurisdicional, através do 40093256 ou pelo site [www.tjal.jus.br/corregedoria..](http://www.tjal.jus.br/corregedoria..)

“Peço que as pessoas continuem acreditando no Poder Judiciário, que tenham fé e esperança e que cobrem mudanças positivas. Nossa missão é trabalhar junto à população e independente de quem seja o corregedor acredito que os trabalhos terão continuidade”, ressaltou Malta Marques

**CORREIO DO POVO DE ALAGOAS**

### **Ralés, batalhadores e uma nova classe média. Entrevista especial Jessé de Souza**

“A 'ralé', como chamo provocativamente essa classe de infelizes e desesperados, num país que nega, esconde e eufemiza todos os seus conflitos e problemas, nunca foi, na verdade, percebida como uma 'classe social' entre nós”, afirma o professor e pesquisador [Jessé de Souza](#). Em entrevista à IHU On-Line, realizada por email, Jessé analisa, a partir da [ascensão econômica das classes mais baixas](#) nos últimos anos, a chamada “nova classe média brasileira”. Recentemente, Jessé finalizou a pesquisa intitulada Os batalhadores brasileiros sobre a qual também fala na entrevista.

Politicamente é difícil antecipar o comportamento ou nomear uma perspectiva particular até porque

essa classe não é homogênea. Ela parece reunir elementos tanto de uma classe trabalhadora “pós-fordista”, ou seja, superexplorada, sem tradição de solidariedade de classe e se acreditando empresários de si mesmos, com elementos de uma pequena burguesia tradicional, no sentido de empreender pequenos negócios muitas vezes sem pagar impostos ou direitos trabalhistas”, explicou. Jessé Jose Freire de Souza é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, onde realizou o mestrado em Sociologia. Na mesma área, fez o doutorado pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg (Alemanha). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Juiz de Fora. É autor de *A Ralé Brasileira: quem é e como vive* (Rio de Janeiro: Record, 2009), *Os batalhadores brasileiros* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009), entre outras obras.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor define esse estrato social brasileiro que está emergindo economicamente? Qual é o seu perfil?

Jessé de Souza – É sempre difícil definir um fenômeno social que está se constituindo “em ato” defronte de nossos olhos. Esse foi, inclusive, o maior desafio tanto teórico quanto empírico do livro que fizemos. No decorrer do trabalho com as entrevistas, percebemos se tratar de fenômeno distinto do que o anunciado com certo triunfalismo nos jornais. Procuramos primeiro separar este estrato da classe média estabelecida. Não se consegue fazer isso apenas com a variável renda, que é, no entanto, infelizmente, o que se faz sempre. A classe média estabelecida é uma **classe dominante** porque se forma pela apropriação privilegiada de capital cultural, seja técnico e especializado, seja literário e especulativo, o qual é indispensável para o funcionamento do mercado e do Estado. Ainda que não exista acesso privilegiado a volume significativo de capital econômico, como nas classes altas, o acesso a este conhecimento altamente valorizado socialmente cria toda uma “condução da vida” em todas as dimensões que permite, quase sempre, manter o privilégio para as gerações seguintes.

"A classe média estabelecida é uma classe dominante porque se forma pela apropriação privilegiada de capital cultural"

Não é isso que acontece com os “batalhadores” que analisamos. O acesso aos capitais impessoais, que são a base de todo privilégio social – tanto material quanto simbólico –, e aos capitais econômico e cultural é restrito e limitado. São pessoas que fizeram escola pública ou universidade particular (no melhor dos casos) tendo de trabalhar paralelamente muitas vezes em mais de um emprego. Muitos trabalham entre 10 e 14 horas por dia e não possuem o recurso mais típico das classes do privilégio que é o “tempo” para incorporação de conhecimento valorizado e altamente concorrido. Essas características estruturais implicam em “condução de vida” e “percepção do mundo” – as duas características mais importantes para conhecermos a especificidade do pertencimento de classe – muito distintas das **classes médias estabelecidas entre nós**.

IHU On-Line – Qual é a chance de participação política, econômica e social desse novo estrato social que emerge no país? Quais os lados positivos e negativos do surgimento desse novo estrato social?

Jessé de Souza – Esse estrato social é o grande responsável pelo extraordinário **desenvolvimento econômico brasileiro** dos últimos anos que se deu, fundamentalmente, pela perspectiva do mercado interno. Foi esse estrato que dinamizou a economia brasileira na última década e estimulou o **mercado de consumo de bens duráveis** antes de impossível acesso a grandes parcelas da população. Especialmente no Nordeste, a região mais dinâmica e de grande número de “batalhadores” nesta última década, foi o Bolsa Família, no testemunho de inúmeros de nossos informantes, o que ajudou a irrigar com alguma economia monetária rincões secularmente esquecidos entre nós. A nova demanda criada foi um dos elementos que permitiu surgir uma classe de pequenos empreendedores no interior do Nordeste, vários dos quais compoem a assim chamada “nova classe média”. Politicamente, é difícil antecipar o comportamento ou nomear uma perspectiva particular até porque essa classe não é homogênea.

"A nova demanda criada foi um dos elementos que permitiu surgir uma classe de pequenos empreendedores no interior do Nordeste, vários dos quais compoem a assim chamada 'nova classe média'"

Ela parece reunir elementos tanto de uma classe trabalhadora “pós-fordista”, ou seja, superexplorada, sem tradição de solidariedade de classe e se acreditando empresários de si mesmos, com elementos de uma pequena burguesia tradicional, no sentido de empreender pequenos negócios muitas vezes sem pagar impostos ou direitos trabalhistas. A meu ver essa classe vai ser o fiel da balança do caminho tanto social quanto político que o Brasil irá tomar nos próximos anos. Ela tanto pode tender para um alinhamento com os setores mais conservadores de um liberalismo sem responsabilidade social – perspectiva hoje hegemônica na nossa esfera pública ainda que fora do poder político – ou, ao contrário, ser a ponta de lança de um projeto efetivamente mais inclusivo socialmente que jamais teve uma chance real entre nós. As classes sociais não são nem libertárias nem conservadoras em si. É a luta política que implica convencimento e voz ativa na esfera pública que decide, em cada caso, que tipo de orientação política vai prevalecer.

IHU On-Line – Como se define uma classe social? Como se deu a construção das classes sociais no Brasil contemporâneo?

Jessé de Souza – O mecanismo complexo que explica a existência das [classes sociais](#) é o segredo mais bem guardado de todas as sociedades modernas. É que o pertencimento de classe define, em grande medida, o acesso privilegiado a qualquer tipo de bem ou recurso escasso. Esses bens e recursos que não precisam ser materiais como um carro ou uma casa, mas também podem ser, por exemplo, o tipo de mulher ou de homem que se consegue ter ou o tipo de reconhecimento social ou prestígio que se desfruta em todas as dimensões da vida. Tudo isso é definido, com alta probabilidade pelo menos e na imensa maioria dos casos, pela herança de classe – pela presença ou ausência relativa de capital cultural e capital econômico – onde se é socializado.

O [tema da classe desafia](#), portanto, a ilusão social mais forte entre nós que é a da autonomia ou a liberdade do sujeito individual que é, por sua vez, o fundamento da “meritocracia” moderna, o que Pierre Bourdieu mostrou melhor do que qualquer outro. A classe permite a construção diferencial dos indivíduos pelas heranças típicas de cada classe quebrando a ilusão do “homem universal”, como se os pressupostos para a competição social por recursos escassos fossem os mesmos para todos.

"A classe permite a construção diferencial dos indivíduos pelas heranças típicas de cada classe quebrando a ilusão do 'homem universal'"

Por conta disso, os interesses da reprodução de todo tipo de privilégio precisa ou tornar inofensivo ou ridicularizar o conceito de classe. Torna-se o conceito de classe inofensivo quando se liga, por exemplo, pertencimento de classe à renda, o que vemos acontecer em todos os jornais, em todos os debates acadêmico e público brasileiros. Como toda “ilusão objetiva” moderna, ela é mais uma “meia verdade” do que uma mentira. Afinal, existe algum padrão diferencial de renda entre as diversas classes, embora de modo algum em todos os casos. O que essa associação arbitrária esconde é o todo processo de gênese das classes e de seu processo de reprodução que a permite continuar no tempo, ou seja, permite esconder e desviar o foco sobre o que realmente interessa e que é importante de se conhecer. A ridicularização é lograda pela associação de qualquer conceito não liberal de classe ao marxismo tradicional. Toda vez que o conceito de classe surge na esfera pública, ele é contaminado e tornado inócuo por essas duas operações que são duas faces de uma mesma moeda.

Na verdade, a classe social se forma pela herança afetiva e emocional, passada de pais para filhos no interior dos lares, de modo muitas vezes implícito, não consciente e inarticulado. São esses estímulos que irão construir formas específicas de agir, reagir, refletir, perceber e se comportar no mundo. E é precisamente a presença ou falta de certos estímulos, por exemplo, estímulos para a disciplina, para o autocontrole, para o pensamento prospectivo, para a concentração, que irá definir as classes vencedoras e perdedoras antes mesmo do jogo da competição social se iniciar de forma mais explícita. Existem classes sociais com dificuldades de concentração, por falta de exemplos e estímulos à leitura e a imaginação, que já chegam “derrotadas” na escola e depois, com mais razão ainda, no mercado de trabalho. Existem [classes literalmente “sem futuro”](#) porque jamais se pensa nele tamanha a urgência da sobrevivência no presente. Nas classes médias, por exemplo, ao contrário, o futuro é mais importante que o presente o que permite que se tenha futuro. Essa

fabricação social de indivíduos com capacidades diferenciais por pertencimento de classe tem que ser cuidadosamente escondida. Daí que se fale apenas no seu “resultado” mais visível, a renda, de modo a que possa se “falar de classe” sem que nada se compreenda de sua dinâmica.

IHU On-Line – O senhor disse recentemente que a sociedade brasileira se difere das sociedades desenvolvidas (EUA) porque 1/3 dos brasileiros não tem condições de participar do mercado econômico e da política, em função da classe média e da classe alta. Por que, na sua avaliação, a culpa é da classe média e da classe alta, e não do Estado?

Jessé de Souza – Porque o Estado é demonizado por motivos de dominação política de valores extremamente conservadores. Como jamais se podem debater os conflitos sociais que rasgam a sociedade brasileira de fio a pavio – isso exigiria uma sociedade madura e autocrítica, o que a última eleição mostrou ser um sonho distante –, os conflitos sociais são todos “dramatizados”, desfocados e tornados irreconhecíveis pela construção da falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado (como ineficiente e corrupto). As falsas oposições estão sempre no lugar de oposições verdadeiras.

Entre nós se formulou e se consolidou nos últimos 80 anos uma “sociologia espontânea” do senso comum que, graças à pobreza de nossos debates acadêmicos e públicos, tem toda a chance de continuar imutável pelos próximos 80 anos. Tomou-se a autoridade científica de Max Weber e incorretamente de modo a-histórico e sem qualquer rigor conceitual, se construiu a noção de um “patrimonialismo” apenas estatal. Quem fraudava o público no mercado – como é a ordem do dia no capitalismo nacional e internacional – é percebido como “gênio financeiro” e só acontece corrupção no Estado. Essa concepção é tão naturalizada hoje em dia que se imagina que todos os problemas do Brasil são decorrentes da corrupção no Estado. Isso infantiliza uma sociedade já conservadora e egoísta que jamais assumiu a responsabilidade pela exclusão social de tantos, cuja mão de obra barata é a base de todos os privilégios das classes média e alta brasileiras.

"Os setores dominantes e privilegiados sequer precisam perder sua boa consciência e ainda se imaginam muito humanos, fraternos e calorosos como preconiza nosso mito nacional"

Nossas classes dominantes estão entre as poucas no ocidente que não precisam contratar imigrantes para os trabalhos sujos e pesados porque já possuem “em casa” um exército de desclassificados dispostos a todo tipo de trabalho pesado e degradante. Como toda a “culpa” é convenientemente atribuída ao Estado, joga-se sempre a responsabilidade num “outro” abstrato que ninguém nunca nomeia de modo claro. Os setores dominantes e privilegiados sequer precisam perder sua boa consciência e ainda se imaginam muito humanos, fraternos e calorosos como preconiza nosso mito nacional. Isso é justificção convincente o bastante para uma dominação social para os próximos 500 anos. A Índia da noção do carma permaneceu sem mudanças sociais importantes por dois mil anos. Temos boas chances de chegar lá.

IHU On-Line – Qual é situação da classe média no Brasil? Como ela se transformou ao longo do tempo?

Jessé de Souza – Essa é uma excelente questão que precisa ainda ser estudada. Na verdade, este é o próximo estudo que gostaríamos de fazer de modo a concluir a trilogia de estudos teóricos e empíricos acerca das classes sociais no Brasil contemporâneo iniciada com o estudo da “ralé” e continuada com o estudo sobre a assim chamada “nova classe média”. Pretendemos estudar em conjunto as classes médias e altas num único estudo sobre as classes dominantes entre nós. É um estudo difícil e complexo já que as classes médias e as classes altas são compostas de muitas frações com enorme multiplicidade de tipos humanos. Além disso, há que se estudar a eficácia institucional da dominação social, muito especialmente a imprensa e a esfera pública como um todo. Como se reproduz indefinidamente uma sociedade tão injusta e desigual como a nossa? Essa é questão que temos de enfrentar neste trabalho futuro.

IHU On-Line – O senhor afirma que apenas análises economicistas são insuficientes para explicar a complexidade da desigualdade. A desigualdade social não se resume a aspectos econômicos? Quais são as causas profundas da desigualdade brasileira?

Jessé de Souza – Essa é uma excelente questão. De fato, existe uma “cegueira” típica de qualquer sociedade capitalista complexa, que se torna ainda mais virulenta entre nós pela pobreza de nosso

debate público, que é a percepção exclusiva de aspectos econômicos ou “materiais”. Na verdade, as pessoas são movidas no seu comportamento também por aspectos morais o tempo todo. Todas as ações sociais são determinadas ao mesmo tempo por estímulos morais e econômicos, mas apenas os econômicos são visíveis e de modo tal a não percebermos a justificção moral de toda atividade econômica. Só percebemos o efeito do dinheiro e das coisas materiais pelos quais lutamos todos os dias. Isso decorre do fato dos estímulos morais serem “inarticulados”, ou seja, não são quase nunca percebidos ou tematizados. Quando as justificções morais são percebidas e debatidas abre-se espaço para perceber a distância entre justificção e realidade. Então, mudanças importantes podem acontecer na vida social e conseguimos aprender coletivamente como as lutas dos trabalhadores e das mulheres nos últimos séculos demonstram.

Mas, na vida cotidiana, a regra é a fragmentação de todo discurso de modo a que se compre informação deslocada e fora de contexto como se fosse reflexão. Esse mecanismo de tornar as pessoas tolas é realizado, por exemplo, pela imprensa dominante todo dia quando fragmenta todas as discussões a partir do interesse na reprodução dos privilégios e seleciona o que deve ser conhecido ou não. Não se percebe, por exemplo, que todos somos responsáveis pela exclusão social de tantos, mantida, pelas classes do privilégio, pelos piores motivos instrumentais como poupar o recurso mais escasso, o tempo, para investir em educação ou trabalhos bem pagos enquanto outros fazem o trabalho pesado e não reconhecido. Isso não tem nada a ver com a corrupção real ou fantasiosa em Brasília, mas a “fábrica de escândalos” manipula o infantilismo e o narcisismo do público tornando irreconhecível qualquer causa profunda dos conflitos sociais mais cotidianos. Também jamais se questionou a ajuda a banqueiros com dinheiro público, como nos anos 1990 entre nós, ou os empréstimos subsidiados pagos com dinheiros dos trabalhadores para grandes industriais pelo BNDS. Mas se o Estado investe 0,5 do PIB, investimento irrisório e amplamente insuficiente, com os mais pobres, acontece uma gritaria geral como vimos nas eleições. Para mim, é fundamental uma esfera pública mais crítica e plural como mecanismo de conscientização social. É muito difícil um Estado progressista em meio a uma sociedade tão conservadora.

IHU On-Line – O que o senhor define como “ralé estrutural” em seus estudos? Como se manifesta na sociedade brasileira?

Jessé de Souza – A “ralé”, como chamo provocativamente essa classe de infelizes e desesperados, num país que nega, esconde e eufemiza todos os seus conflitos e problemas, nunca foi, na verdade, percebida como uma “classe social” entre nós. Ela é (não) percebida fragmentariamente todo dia na luta entre bandido e polícia no Rio de Janeiro, no tema da criminalidade em geral, na inoperância do SUS e da escola pública, no gargalo da mão de obra sem qualificação, no tema do conservadorismo das igrejas evangélicas, etc. São todos temas fragmentados, sem qualquer relação entre si, impedindo a percepção e reflexão do aspecto central e nuclear que o fato de que todos esses fenômenos remetem a “uma” classe apenas entre nós. A fragmentação da percepção da realidade social é a forma por excelência de cegar as pessoas e torná-las tolas. Por conta disso todos os grandes jornais e todas as grandes cadeias de TV fragmentam – como veículo da reprodução de todos os privilégios injustos – seu conteúdo de modo a amesquinhar reflexão à informação descontextualizada.

No nosso caso, também o debate acadêmico faz a mesma coisa. A presença de uma “ralé” muito numerosa, que não se confunde com o subproletariado marxista, porque não pode ser utilizada como exército de reserva, devido a não ter as pré-condições para o trabalho técnico no setor competitivo do capitalismo, que se constitui uma classe moderna – pois se forma pela ausência de incorporação dos capitais impessoais, como o capital cultural ou técnico, do mundo moderno –, é o que marca o Brasil como sociedade. [Essa classe é explorada pelas classes média e alta](#) como mão de obra barata para todo tipo de serviço pesado e mal pago. Ainda que a “ralé” seja uma classe universal – certamente a mais numerosa do globo –, todos os problemas que ligamos secularmente ao atraso social brasileiro e localizamos falsamente em outros lugares, advém da manutenção indefinida dessa classe de abandonados sociais. Os recentes programas sociais mitigam as formas mais duras da realidade da fome, mas não tocam no principal: possibilitar que a “ralé” deixe de ser “ralé”.

IHU On-Line – Fatos, entre outros, como a polêmica em torno do tema do aborto e a crescente homofobia revelam que a sociedade brasileira está mais conservadora?

Jessé de Souza – Sem dúvida que as [religiões evangélicas](#) – como quase toda religião – exigem o “sacrifício do intelecto”, o que não ajuda à tolerância nem ao desenvolvimento das capacidades reflexivas dos seres humanos. Em troca disso, essas religiões oferecem o que as famílias dessas pessoas – quase sempre os mais pobres – ou o Estado nunca lhes deram: autoestima e força para continuar tentando numa vida quase sempre sem perspectivas reais. Muito pior para mim é o conservadorismo dos setores privilegiados que se imaginam “europeizados” e modernos e não conseguem ver um palmo além do próprio umbigo.

### **Centrais se reúnem com governo para negociar mínimo de R\$ 580**

Governo e centrais sindicais terão nesta semana a primeira rodada de negociação sobre o valor do salário mínimo no governo Dilma Rousseff. Apesar de ter sido fixado, no fim do governo Lula, em R\$ 540, e já estar sendo pago, o valor ainda será revisto.

A notícia é do jornal Folha de S. Paulo, 24-01-2011.

O ministro Guido Mantega (Fazenda) anunciou que o piso salarial subirá para R\$ 545 a partir de 1º de fevereiro. Mas as centrais querem R\$ 580.

O governo sabe que será difícil manter os R\$ 545 e, por isso, nos bastidores da área econômica já se fala em chegar a R\$ 550. No entanto, a ideia é deixar a negociação para o novo Congresso, que começa os trabalhos na semana que vem.

Enquanto isso, o encontro marcado para a quarta-feira com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) será uma tentativa de afago às centrais, que reclamavam da falta de diálogo.

A pauta que será levada pelos representantes dos trabalhadores para o ministro inclui, além do reajuste do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e a criação de política permanente para aposentados que ganham mais que o piso salarial.

"Definimos sexta-feira em reunião da Executiva que queremos discutir toda a pauta. Não queremos desmembramento", disse Quintino Severo, secretário-geral da CUT.

Segundo ele, se não houver correção da tabela do IR, os ganhos reais obtidos por várias categorias nas negociações salariais em 2010 "não ficarão no bolso dos trabalhadores".

### **Dilma e os sindicatos**

"Por fas ou por nefas, a política econômica do ciclo PSDB/PT não foi contestada pelo sindicalismo nos oito anos do governo Lula", afirma Luiz Werneck Vianna, professor-pesquisador do Iesp-Uerj e ex-presidente da Anpocs, em artigo publicado no jornal Valor, 24-01-2011.

Segundo ele, "o atual contencioso entre as centrais sindicais e o governo Dilma extravasa o campo prosaico das demandas salariais e se torna uma questão caracteristicamente política, uma vez que ameaça afetar o seu programa de governo a partir da sua própria estrutura interna".

Eis o artigo.

Logo em seus primeiros dias de governo, nos idos de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou as principais lideranças sindicais do país para dizer-lhes que, com ele, se iniciava a experiência inédita de um governo dos trabalhadores. Tamanha responsabilidade, acrescentava, era para ser compartilhada pelos sindicatos que, em suas movimentações classistas deveriam considerar o estado de coisas reinante na economia e na correlação de forças políticas do país. Em suma, o cálculo político não poderia se ausentar de suas decisões, uma vez que havia um governo de novo tipo a ser defendido.

Os dois primeiros anos do governo Lula foram especialmente difíceis para o conjunto de forças que o apoiavam, em particular os sindicatos, à medida que significaram uma evidente continuidade com os rumos macroeconômicos da administração que sucedia, denunciada como nociva aos trabalhadores pelo PT, quando exercia o papel de principal partido da oposição. Esses foram tempos

de silêncio do mundo sindical, embora tenham assistido a uma expressiva ocupação por parte de sindicalistas de posições no interior da máquina estatal, algumas delas de importância estratégica. De fato, por fas ou por nefas, a política econômica do ciclo PSDB/PT não foi contestada pelo sindicalismo nos oito anos do governo Lula.

Um indicador dessa espécie de concordata implícita entre governo e sindicatos está na radical queda das ações de contestação junto ao Judiciário de medidas legislativas de iniciativa governamental - de passagem, registre-se que esse foi um tempo em que se produziram várias leis favoráveis aos trabalhadores - para não se mencionar a baixa incidência de greves durante o período.

Havia, contudo, uma pedra no caminho: o PT, desde suas origens no movimento sindical do ABC, mantinha uma posição doutrinária adversa à legislação da era Vargas, que o levava a questionar durante dois dos seus pilares: o sindicato único por categoria e o chamado imposto sindical, que, em sua avaliação, obstaculizavam o caminho para a conquista de um sindicalismo efetivamente livre de vínculos com o Estado e representativo da vontade do seu corpo associativo. Com efeito, em 2004, fiel a essa política, o governo convoca um amplo Fórum Sindical com a proposta de converter seu programa sindical em realidade.

Tal proposta, diante de uma cerrada oposição de outras correntes do sindicalismo, foi retirada, e, mais que isso, a antiga formatação da CLT se faz ampliar com a incorporação a ela das centrais sindicais, que, além de legitimadas pela legislação, passam a receber uma parcela do que for arrecadado pelo imposto sindical. Os vértices sindicais ganham, assim, maior autonomia operacional e recursos próprios para a sustentação de suas atividades, reforçados por sua inscrição no interior do governo e das agências estatais. Doutrinariamente unido em torno do modelo da CLT, de certo modo o sindicalismo é governo nos mandatos de Lula, e o será em escala inédita na nossa história republicana.

Daí que o atual contencioso entre as centrais sindicais e o governo Dilma extravasa o campo prosaico das demandas salariais e se torna uma questão caracteristicamente política, uma vez que ameaça afetar o seu programa de governo a partir da sua própria estrutura interna.

Substantivamente, põe sob risco sua orientação de promover uma gestão sob a bandeira da racionalização da administração e da economia em nome de suas políticas sociais e de expansão das atividades produtivas. De outra parte, a conjuntura sindical se encontra informada por variáveis favoráveis ao mundo do trabalho que repercutem positivamente em sua capacidade de organização, ao contrário do que ocorria, poucos anos atrás, quando conspiravam contra ele tanto a reestruturação do sistema produtivo quanto o baixo crescimento da economia.

Oportuna e bem documentada matéria do Valor (19/1/2011) demonstra que, nos últimos cinco anos, houve um aumento expressivo da massa salarial, registrando-se um salto entre 2009 e 2010 da ordem de 7,6%. A mesma matéria, analisando os reajustes salariais de quatro estratégicas categorias de trabalhadores (bancários, químicos, metalúrgicos de montadoras e petroleiros), no curso dos anos de 2000 a 2010, exhibe dados em que se constata ganhos salariais bem acima da inflação, em particular, em duas categorias, tradicionalmente bem organizadas.

Ainda tateantes, se esboçam, a partir da controvérsia sobre o valor do salário mínimo, novas relações entre governo e sindicatos que, no caso, tendem a evocar os anos de governo João Goulart, quando as centrais pretendiam exercer poder de veto quanto a iniciativas governamentais que não contassem com sua prévia aprovação. Dilma estaria contrariando o estilo de Lula, que não as levava a público antes de torná-las minimamente consensuais entre suas forças principais de sustentação. No caso, para além da questão salarial, as centrais parecem que se insurgem - talvez principalmente - contra o fechamento dos canais de negociação que Lula mantinha com elas (ver "Boletim Eletrônico da Agência Sindical" de 20/1/2011).

O tema recente da elevação da taxa de juros por decisão do Banco Central sinaliza para a mesma direção. Sobre esse tema sensível, nota dada a público pela Força Sindical não foge das palavras fortes: "É incrível, mas parece que o governo que inicia quer implantar a agenda econômica que foi derrotada nas últimas eleições por privilegiar o capital especulativo" (o mesmo Boletim, 21/1/2011). O argumento, como se sabe, é puramente retórico: o candidato Serra sempre se mostrou inequivocamente contrário à política de juros do Banco Central.

As centrais, na verdade, estão é declarando em alto e bom som que ou são reinstaladas no governo pela presidente Dilma, como Lula parecia anuir ou lhes fazia imaginar, ou vão fazer política no Parlamento, nas ruas e nos sindicatos. Como disse um sindicalista, em frase pouco enigmática, "que recomeçou, recomeçou".

### **"Podemos chegar ao ponto em que a tecnologia talvez não precise mais da gente"**

Ele hipnotizou centenas de participantes da Campus Party ao contar sua trajetória no sábado, numa palestra que teve mais olhares atentos que a do ex-vice-presidente americano Al Gore, na terça-feira. Não era para menos: não bastasse ser um dos maiores nomes da história da computação, a história de Steve Wozniak, cofundador da Apple, é muito parecida com a da maioria dos participantes do evento que terminou ontem. Um nerd por excelência, o ex-parceiro de Steve Jobs falou ao público sobre a importância do bom humor e da paixão quando se quer escolher qualquer tipo de carreira enquanto contava a todos como inventou o computador como o conhecemos hoje. Antes da apresentação, Wozniak falou ao Estado sobre outro assunto: o futuro da computação pessoal.

A reportagem é de Alexandre Matias e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 24-01-2011. Eis a entrevista.

Em 2010, assistimos à entrada de dois novos aparelhos no mercado que causaram impacto na história da computação: o iPad, da Apple, e o Kinect, da Microsoft. Ambos são computadores pessoais, mas não são como o computador pessoal que o sr. concebeu.

Claro, apesar de que as maiores mudanças nos computadores normalmente acontecem em novas formas de interação entre o ser humano e eles. É a forma como nós usamos nossos corpos, nossa visão... E essas formas de interação estão ficando cada vez mais humanas do que eram anteriormente. Acho que essa tendência vai continuar para sempre. Os computadores do futuro vão permitir diálogos como se eles fossem pessoas de verdade. Eu não acho que o reconhecimento de voz já está nesse ponto, mas tenho tantos aplicativos nos meus telefones que funcionam tão bem só com a voz que eu não quero voltar a seguir determinados procedimentos ou digitar comandos...  
...Nem sequer usar o mouse.

Eu não quero usar o mouse, não quero usar o teclado, eu não quero ter de dizer para o computador que ele deve rodar um determinado programa. Eu só quero dizer: "Faça uma reserva para seis pessoas hoje à noite numa determinada churrascaria nesta cidade aqui". E quando você faz as coisas de forma humana, você não faz a mesma coisa sempre do mesmo jeito, você não diz a mesma frase exatamente do mesmo jeito todas as vezes que fala. Por isso, o reconhecimento de voz deve entender que você fala a mesma coisa de várias formas diferentes. E você não precisa mais se preocupar com erros de digitação se os comandos são pela voz. Então é realmente maravilhoso poder dizer... "Bom Deus" (suspira, como se estivesse aliviado). As partes complicadas dos computadores vão ficar para trás, até chegarmos a um ponto em que ele poderá olhar no meu rosto e dizer se estou cansado.

Então o sr. acha que tanto iPad e Kinect quanto os celulares atuais são estágios intermediários rumo a um outro tipo de computador ainda melhor?

Sim, são ótimos estágios, como o próprio computador pessoal também foi. O PC só foi possível porque um certo tipo de tecnologia tornou-se disponível a um certo preço. E o mesmo aconteceu com outros tipos de tecnologia para que o iPad se tornasse viável: a tecnologia flash NAND para armazenamento de dados, fazendo com que não fossem necessárias peças enormes que consumiriam muita energia; a tecnologia de telas sensíveis ao toque, telas de alta resolução, baterias leves... Muitas dessas tecnologias vêm ao mesmo tempo, a um preço acessível, e permitem que determinados produtos façam sentido.

Há uma frase que diz que a tecnologia funciona de verdade quando as pessoas nem sequer percebem que a estão utilizando. O sr. acha que chegaremos a um ponto em que a tecnologia não será nem vista pelas pessoas?

É difícil negar isso, mas também é difícil pensar em exemplos para hoje em dia. Será que eu vou ter pequenos implantes nos meus olhos que farão que eu veja o mundo da forma como determinada tecnologia quer que eu veja? Se for assim, quem está no controle? Estamos ficando cada vez mais dependentes da nossa tecnologia de forma que nem podemos desligá-la. Se nós pudermos desligá-la, estamos no controle; mas não podemos mais. E se tivermos carros que dirigem sozinhos? Uau, cara... Nós temos de ir, temos de confiar nisso, mas podemos chegar ao ponto em que a tecnologia talvez não precise mais da gente.

E aí, como vimos em filmes de ficção científica, pode ser que a tecnologia queira descartar o fator humano, pois atrapalha...

É o que eu estou sugerindo - e isso já está acontecendo, mais do que podemos admitir. Quando as coisas acontecem devagar, você não as percebe acontecendo, mas quando estamos numa curva exponencial, as coisas podem mudar de uma vez só. Você consegue desligar seu computador? Consegue se desconectar da internet, desligar seu celular? Por quanto tempo? Por um ano? E se conseguir, que tipo de vida terá? E se todos resolverem fazer isso? Seria uma vida bem diferente da que levamos agora.

Mas até chegarmos a esse estágio, a tecnologia terá de evoluir bastante. Que estágios deveremos percorrer nos próximos dez anos?

Num futuro próximo, não muito próximo, mas também não muito distante, se tornará bem difícil saber se você está lidando com um computador ou com uma pessoa de verdade. E será tão bom: falar, entender, combinar palavras e deixar que o computador faça o reconhecimento das palavras e até crie um tipo de relacionamento com as pessoas...

Mas o sr. acha que no futuro teremos amigos digitais?

A ficção científica quase sempre fala em guerra entre homens e máquinas, quem será o vencedor, mas eu acho que criamos a tecnologia para melhorar nossas vidas. Estamos lidando com ela gradualmente, não há nenhuma batalha. Criamos a coisa mais próxima do cérebro humano que é a internet. Antes, perguntávamos para uma pessoa sábia quando precisávamos saber de alguma coisa, agora temos a busca do Google. Isso significa que parte de nosso cérebro já está fora de nossas cabeças, porque a internet cresceu tanto e nós não a criamos para ser um cérebro. Criamos a internet para colocar as pessoas em contato individualmente - e quando havia bilhões de pessoas em contato entre si, de repente, ela criou essa capacidade de funcionar como um cérebro.

E isso não assusta?

Não, porque você não se assusta com isso. Não passamos por uma fase de medo. Nós simplesmente aceitamos que o Google seja mais inteligente do que qualquer pessoa que conheçamos. Todos nós aceitamos.

Não é assustador pensar em um futuro em que as pessoas terão apenas amigos digitais?

Quando cresci eu era muito tímido, era um outsider. Eu ficava de fora de conversas normais, dos ritos sociais. E não tinha com quem falar. Tinha receio. Em todo lugar que eu ia, tentava ser o mais discreto, falar o mínimo possível, fazer o meu trabalho e cair fora. Agora esse mesmo tipo de pessoa passa o dia inteiro em seu quarto com um computador, com as portas fechadas, e tem relações sociais com pessoas de qualquer lugar do mundo, mesmo que sejam com pessoas tão restritas socialmente quanto ele.

Mas não existem pessoas digitais hoje em dia.

Imagine você se apaixonar por alguém que você não sabe se é uma pessoa ou um robô. Oh, cara (ri)... Mas eu não acho que isso vai acontecer. Mas há quem se apaixone por seus computadores, então tudo bem.

E como será o computador do futuro?

A questão é em quanto tempo no futuro... Eu acho que teremos um tipo de computador que, quando um aluno for para a escola, ele quer ficar com aquele computador como se fosse seu melhor amigo, que sabe tudo sobre ele, seus sentimentos, crenças e filosofias, mais do que um professor humano. Não consigo chutar em quantos anos isso acontecerá... Dez, vinte, trinta... Mas eu não estou falando em cem anos...

O que o sr. achou da Campus Party?

Eu fui a algumas outras Campus Party e percebi que esse tipo de evento seria onde eu estaria se eu estivesse crescendo hoje. Sendo eu o tipo de pessoa que sou, que acredita no que eu acredito, nos meus computadores, na interação com outras pessoas parecidas. Eu estaria aqui, eu seria um campuseiro. Eis a grande atração: jovens cheios de ideias que querem explorar o que eles querem estar fazendo neste mundo dos computadores, o que isso vai significar para eles, o quanto isso é importante para eles, que mudanças e diferenças eles podem fazer...

As pessoas aqui falam em "orgulho nerd".

Fico tão feliz em ouvir isso! Foi a melhor coisa que eu ouvi durante todo o dia de hoje! Há um tipo de evento que acontece tanto nos EUA quanto em alguns outros países chamado First Robotics. São times de segundo grau que constroem robôs, que são meio caros, do tamanho de pessoas, e eu vou julgar esses concursos sempre que posso. É um dia em que eles são tão importantes quanto os astros do cinema, os jogadores de futebol ou qualquer tipo de celebridade. É quando os geeks têm seu dia!

### **Briga por espaço marca Conselho**

Setores sociais questionam composição de órgão que vai assessorar o governador e que já assusta a oposição na Assembleia

Diante da importância que Tarso Genro atribui ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a nova estrutura já provoca, antes mesmo de instalada, disputa por espaço entre setores sociais e reações na oposição. Com 80 dos 85 integrantes anunciados, o Conselho será um órgão de assessoria ao governador a partir de março.

Na composição do grupo, o Piratini tenta contemplar diversos segmentos da sociedade, mas já desagradou às mulheres. Até agora, elas são apenas seis entre 74 homens. Médica e integrante da Academia Sul-Rio-Grandense de Medicina, Beatriz Bohrer do Amaral escreveu um artigo na ZH de domingo questionando a sub-representação feminina no Conselho.

A preocupação dela tem fundamento: apesar de não ter poder de decisão, o conselho terá acesso direto ao governador. O grupo vai discutir temas polêmicos e apresentar sugestões a Tarso.

A expectativa é tanta que houve mais de 300 pedidos de ingresso no órgão. Com essa representação social a serviço do governo, o líder da bancada do PMDB na Assembleia, Gilberto Caponi, reconhece uma ameaça:– É uma forma de enfraquecer o parlamento.

O raciocínio é o seguinte: com projetos chegando ao Legislativo com a etiqueta “aprovado pelo Conselho”, uma das principais prerrogativas da Assembleia estaria debilitada. Afinal, o debate com as organizações sociais será antecipado por Tarso. Que deputado poderia contestar um projeto já aprovado pelas representações sociais?– Todo debate democrático é bem-vindo, mas não gostaria que o governo usasse o Conselho para atropelar o parlamento – diz o deputado Paulo Borges (DEM).

Na presidência da Assembleia em 1999, Paulo Odone (PPS) via o Orçamento Participativo do governo Olívio Dutra como uma ameaça. Em contra-ataque, criou o Fórum Democrático, que levava deputados ao Interior para discutir propostas com a população.– Não podemos engolir projetos goela abaixo. Vamos debater tudo de novo – diz Odone.

Segundo o secretário executivo do conselho, Marcelo Danéris, o órgão não será concorrente do Legislativo:– Quanto mais canais a democracia tiver para se fortalecer, melhor. E o principal canal é o parlamento.

ZERO HORA

### **OAB e entidades da BM ficam fora**

Enquanto uma série de entidades reclama de estar excluída do Conselho, o Cpers faz o contrário: após receber o convite, decidiu recusá-lo.– Como pode um sindicato de classe participar do assessoramento de seu patrão? – questiona a presidente Rejane de Oliveira.

Ela afirma que o canal para o sindicato dos professores dialogar com o governo é a mesa de negociação.

Há quem tenha estranhado a ausência da OAB, uma das entidades mais ativas do Estado. Por outro lado, o secretário executivo do conselho, Marcelo Danéris, diz que advogados ligados à Ordem estão na lista dos convidados.– Não fui contatado, não conversaram comigo e, portanto, não tenho nada a declarar – diz o presidente da OAB, Claudio Lamachia.

Na semana passada, líderes de entidades da BM cobraram do secretário da Segurança, Airton Michels, participação no conselho de alguém representando o setor. Segundo o presidente da Associação de Sargentos, Subtenentes e Tenentes, Aparício Santellano, um ofício será enviado ao governador pedindo uma “revisão de conceito”.– Não adianta dizer da boca para fora que segurança é prioridade se, na hora, não coloca um único representante no conselho que pretende decidir os rumos do Estado.

Também contrariada com a exclusão da sua entidade, a vice-presidente do Sindicato Médico (Simers), Maria Rita de Assis Brasil, afirma que “não há ninguém no conselho que possa provocar qualquer tipo de polêmica”. Danéris lembra que o órgão não se propõe a tratar dos problemas de cada segmento, mas a pensar políticas de interesse geral:– Todos estarão lá com o olhar voltado para o desenvolvimento do Estado e não para servir sua categoria.

ZERO HORA

### **Governo e centrais negociam mínimo**

O aumento do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda estão na pauta de discussões desta semana. Segundo o jornal O Globo, a presidente Dilma Rousseff decidiu reajustar a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física em 2011 pelo índice da inflação de 2010 (6,46%), desde que essa concessão faça parte de um acordo com os partidos e as centrais sindicais para estabelecer o salário mínimo em R\$ 545.

No máximo, admite-se internamente no governo que o mínimo chegue a R\$ 550. Nunca os R\$ 580 defendidos pelas centrais. E também não seria atendida, neste acordo, a terceira reivindicação da pauta dos sindicatos, que é o aumento de 10% das aposentadorias acima do mínimo – esses benefícios foram reajustados apenas pela inflação.

Essa posição será apresentada hoje por Dilma em reunião com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, responsável pela negociação com os movimentos sociais. Na quarta-feira à tarde, ele receberá representantes das seis centrais sindicais no Palácio do Planalto, quando será aberta oficialmente a negociação do governo Dilma com os representantes dos trabalhadores. Nas discussões internas, a presidente Dilma reconhece que é legítima a correção da tabela do imposto de renda pelo índice da inflação, de 6,46%. De 2007 até 2010, conforme política adotada pelo governo Lula, as faixas de rendimento sobre as quais incidem as alíquotas do Imposto de Renda (as tabelas) estavam sendo corrigidas em 4,5%.

ZERO HORA

### **Reaplicação foi tranquila**

Depois de ser anulado no ano passado, o concurso público para oficial de Justiça do Tribunal do Estado (TJ-RS) foi reaplicado ontem em sete cidades. Houve mais de 78 mil inscritos para 112 postos – 696 candidatas por vaga.

A nova etapa foi tranquila ontem em Alegrete, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Santo Ângelo. Quem não tinha ido bem em abril passado teve nova chance.– Fui melhor do que na outra vez. A prova estava mais clara – disse Ana Juliani Morari, 32 anos, natural de São Borja que vive em Florianópolis (SC).

Desta vez, a seleção foi organizada pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.– As questões de Português exigiram bastante dos alunos. Já as de Legislação ficaram dentro do esperado. Mas a prova foi bem elaborada – avaliou o professor Paulo Marques, coordenador do Centro de Treinamento e Cursos (Cetec) Porto Alegre.

O salário básico varia de R\$ 3.034 a R\$ 3.630,93. Durante a validade do concurso (um ano,

prorrogável por mais um) podem ser chamados mais 50 aprovados. A abstenção deve ser divulgada hoje, e o gabarito, amanhã.

ZERO HORA

### **Centrais querem aprovar R\$ 580**

Brasília - O aumento do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda estão na pauta de discussões desta semana. Representantes de seis centrais sindicais se reúnem na quarta-feira com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em busca de um acordo para que o mínimo fique acima dos R\$ 545,00 propostos pelo governo.

Desde o fim de 2010, as centrais reivindicam que o mínimo passe de R\$ 510,00 para R\$ 580,00. O valor estabelecido pelo governo para este ano era de R\$ 540,00 e foi aumentado para R\$ 545,00.

Quanto à correção da tabela, as centrais pedem 6,45% para este ano, mas o governo não fez sinalizações até agora.

CORREIO DO POVO

### **Sindiágua contra privatização**

O Sindiágua/RS criou o Comitê em Defesa da Água Pública. De acordo com o secretário-geral do sindicato, Leandro Almeida, a mobilização em defesa da água como um bem público se deve ao avanço crescente do processo de privatização e municipalização da água e dos serviços de saneamento no Estado. "Parece que os problemas e o descontentamento de algumas prefeituras com a Corsan é algo que foi descoberto agora, mas já vêm de muitos anos. Então, fica claro que o movimento pela privatização dos recursos hídricos do Estado está adiantado", criticou Almeida.

Segundo ele, esse é o momento de a sociedade gaúcha se articular e unir esforços para impedir que um recurso de importância vital como a água fique nas mãos de setores que só visam ao lucro. O comitê é integrado por trabalhadores do setor e entidade como a CUT/RS e Sindibancários e conta com a participação de deputados estaduais.

O comitê pretende ainda institucionalizar o órgão e abri-lo à adesão de entidades e indivíduos; realizar um seminário para ampliar o conhecimento sobre tema; pautar a "água pública" na Marcha Mundial das Mulheres, dia 8 de março; e produzir cartilhas com informações básicas.

CORREIO DO POVO

### **Empresa construirá base para transportar trabalhadores do polo**

Petroquímicas como a Braskem exigem o transporte de 15 mil pessoas para a região

A empresa que faz a gestão do transporte de 15 mil trabalhadores para as maiores empresas do polo petroquímico de Triunfo investirá na construção de um centro de logística para organizar o fluxo. A Pools Administração de Transporte investirá R\$ 15 milhões na instalação de uma estrutura em área de 16 hectares no Distrito Industrial de Montenegro, no acesso ao Polo, na BR-386 (Tabaí-Canoas). Com a medida, o trânsito diário de 400 ônibus, que acabam estacionados em pátios das unidades industriais, será direcionado para o centro logístico. Após direcionarem a mão de obra para cada empresa do complexo, os veículos permanecerão na área de transbordo, até troca de turnos.

Para a área, com acesso direto ao sítio petroquímico, o diretor da Pools, Léo Danilevicz Cabral, projeta construir instalações para receber agências bancárias e operações de fornecedores das empresas. Segundo Cabral, a localização dos serviços dentro do polo oferece maior risco, diante do tipo de produto que é processado. A empresa, que gerencia 150 dos 400 ônibus de transporte, aguarda liberação do terreno, que fica em frente à unidade de painéis para móveis da chilena Masisa, pela prefeitura de Montenegro.

O secretário municipal da Indústria e Comércio, Dario Colling, explica que projeto de lei enviado à Câmara de Vereadores prevê a cessão de uso de 32 hectares, que inicialmente seriam destinados à área de recreação do distrito. Colling adianta que a empresa assume responsabilidade de implantar

um horto florestal na metade da área. A Pools poderá escriturar o imóvel e terá prazo de utilização enquanto o negócio funcionar.

A montagem do centro de logística humano, como o empreendimento é chamado por envolver prioritariamente o transbordo de trabalhadores, deve começar em abril. Cabral quer aprontar a estrutura para o estacionamento de ônibus até a metade do ano. A área para serviços deve estar pronta em 2012. A partir de março, explica, o movimento de profissionais aumenta no Polo, pois começam os preparativos para a parada de manutenção que ocorrerá em setembro e outubro.

Quando ocorre a operação, o diretor explica que o contingente é acrescido em 4 mil pessoas.

"Vamos oferecer estrutura com restaurante, banheiros e áreas de descanso para os motoristas e retirar os veículos que ficam estacionados em áreas inadequadas", ressalta.

A empresa, que também faz a gestão do fluxo de funcionários de empresas no distrito industrial de Gravataí, em Alvorada, Canoas e Cachoeirinha, na Região Metropolitana, atua há dez anos no segmento e fatura R\$ 3 milhões mensais. Em dezembro do ano passado, a Pools começou a operar também em Alagoas, com contrato para transporte de operários para obras da construtora Odebrecht no complexo da Braskem no estado. O negócio terá duração de dois anos e meio e envolverá 700 empregados, com frota de cem ônibus.

Companhias seguram projetos à espera de novo Fundopem

O secretário de Indústria e Comércio de Montenegro, Dario Colling, registra um freio na decisão de empresas em se instalarem no distrito industrial ante a indefinição sobre as regras de incentivos do Fundopem. O governador Tarso Genro promete enviar em fevereiro à Assembleia Legislativa projeto que altera o funcionamento do programa. Segundo Colling, há pelo menos três companhias em áreas de logística e alimentação que já mostraram intenção de investir no município e que teriam projetos tramitando. "Montenegro é a segunda área de interesse aos negócios. Só perdemos para Rio Grande", vangloria-se. "Ninguém nos segura".

Entre os atrativos está o baixo custo dos terrenos do distrito industrial, pertencente ao Estado e gerenciado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, avaliado em R\$ 25 mil por hectare.

Também a localização, com acesso a rodovias e hidrovias, assegura interesse. No rol de empreendimentos, estão unidades da John Deere, Masisa, Hexion, Athrol (transportes), TW (transportes), Polofilms e Bepo. Na área de logística, a Eichenberg avalia a implantação, e a Texian (engenharia elétrica), com unidade em Triunfo, decidiu em 2010 erguer operação no distrito de Montenegro. A área estadual ainda tem disponíveis 60 terrenos, somando 400 hectares.

A economia local triplicou de tamanho em menos de dez anos, saltando de um PIB de R\$ 497,2 milhões (2000) para R\$ 1,4 bilhão em 2008, segundo a Fundação de Economia e Estatística. A renda atual está em R\$ 24 mil per capita para uma população de 60 mil pessoas. O efeito sobre o emprego é mais um fruto dos investimentos. A prefeitura contabiliza 3 mil novas vagas formais desde 2005. Hoje, o mercado local soma 17 mil postos com carteira assinada. Em cinco anos, o salto foi de mais de 20%. Na lista de pretendentes a se instalar, também estariam empresas de ramos como moveleiro, pavimentação e têxtil. "Não podemos revelar, pois o sigilo é parte da estratégia para assegurar o empreendimento", justifica Colling.

JORNAL DO COMERCIO

### **SERGIPE: Enfermagem do Hospital Universitário contra aumento da jornada**

Técnicos de Enfermagem se reuniram na manhã desta segunda-feira, 24 com o Sintufs

A equipe de enfermagem do Hospital Universitário (HU) está apreensiva com o aumento da jornada de trabalho de 30h para 36h. A categoria se reuniu na manhã desta segunda-feira, 24 no refeitório da unidade de saúde com a presidente do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Sergipe (Sintufs), para discutir a situação. A direção do HU informou tratar-se de uma determinação judicial após denúncia de dois funcionários.

A presidente do Sintufs, Edjanária Borges ouviu os reclames dos servidores e ficou de levar o assunto para a próxima assembléia marcada para às 9h30 da próxima quarta-feira, 26 no auditório

da reitoria da UFS [com indicação de greve para 3 de fevereiro]. “Estou ouvindo o pessoal, pois o nosso contrato é de 40h, mas aqui no Hospital Universitário a jornada é de 30h. Após ouvir a categoria é que o sindicato vai se posicionar”, afirma.

A técnica de enfermagem Lucimar da Conceição Costa explicou que entrou no HU por meio de concurso público realizado em 2002 e que a categoria tem consciência de que no edital, a carga horária é de 40h. “Só que desde que assumimos, que a jornada é de 30h e agora querem aumentar somente do pessoal da enfermagem alegando ser o acordo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas não foi feita uma reunião geral, nem ninguém nos apresentou essa determinação. Dizem que a medida é para todos os servidores, mas o nosso receio é de que seja só para a enfermagem”, teme Lucimar Costa.

Para todos

“É uma determinação do Ministério da Educação (MEC) e do Tribunal de Contas da União (TCU) que engloba todos os servidores. Estou na direção há seis anos e quando cheguei [apesar de a jornada ser de 40h, o pessoal dava 30h]. Só que tivemos um agravante: dois funcionários denunciaram ao Ministério Público Federal e agora, nem eu nem o reitor poderemos fazer nada a não ser cumprir a decisão”, explica a diretora geral do Hospital Universitário, Ângela Silva.

Ela ressalta que houve uma pactuação para que sejam cumpridas 36h. “Isso envolve todos os servidores do hospital. Só que se médico tem 20h, a carga horária é de 20h. O pessoal da enfermagem quer equivalência com os professores, mas estes são regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A categoria tem todo direito de reivindicar. Já existe um projeto no Congresso Nacional para que a jornada seja de 30h, a exemplo do que já foi aprovado para o Serviço Social. A briga tem que ser com os parlamentares”, entende a diretora do HU.

Dr<sup>a</sup> Ângela disse ainda que os servidores estão sendo avisados desde agosto de 2010. “Assim que recebemos a determinação do MPF, nós comunicamos da mudança. Segurei a barra por seis anos, mas agora, o pessoal tem que lutar junto ao Congresso Nacional, para que haja mudança na Constituição Federal”, destaca acrescentando que a medida visa também que o ponto dos servidores não mais seja assinado, mas digitalizado.

INFONET

### **Centrais se reúnem com governo para negociar mínimo de R\$ 580**

DE BRASÍLIA - Governo e centrais sindicais terão nesta semana a primeira rodada de negociação sobre o valor do salário mínimo no governo Dilma Rousseff. Apesar de ter sido fixado, no fim do governo Lula, em R\$ 540, e já estar sendo pago, o valor ainda será revisto.

O ministro Guido Mantega (Fazenda) anunciou que o piso salarial subirá para R\$ 545 a partir de 1º de fevereiro. Mas as centrais querem R\$ 580.

O governo sabe que será difícil manter os R\$ 545 e, por isso, nos bastidores da área econômica já se fala em chegar a R\$ 550. No entanto, a ideia é deixar a negociação para o novo Congresso, que começa os trabalhos na semana que vem.

Enquanto isso, o encontro marcado para a quarta-feira com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) será uma tentativa de afago às centrais, que reclamavam da falta de diálogo.

A pauta que será levada pelos representantes dos trabalhadores para o ministro inclui, além do reajuste do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e a criação de política permanente para aposentados que ganham mais que o piso salarial.

"Definimos sexta-feira em reunião da Executiva que queremos discutir toda a pauta. Não queremos desmembramento", disse Quintino Severo, secretário-geral da CUT.

Segundo ele, se não houver correção da tabela do IR, os ganhos reais obtidos por várias categorias nas negociações salariais em 2010 "não ficarão no bolso dos trabalhadores".

FOLHA DE SP

## Decisões do supremo podem modificar justiça do trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem um espectador importante este ano: o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que espera para 2011 o julgamento de diversos casos importantes que vão influenciar nos dispositivos, decisões e jurisprudência da Justiça do Trabalho. E não são poucos os temas que esperam posicionamento do STF.

"No Supremo há várias matérias que são importantes para nós e vamos aguardar", afirma o ministro Milton de Moura França, presidente do TST, com exclusividade ao DCI. O ministro elenca entre as questões a dúvida se é devido ou não o fundo de garantia em contratos nulos.

Além disso, a incidência da contribuição previdenciária sobre participação nos lucros. O relator do recurso extraordinário, ministro Dias Toffoli, disse que o tema "está a merecer uma posição definitiva da Corte".

A matéria teve repercussão geral reconhecida no início do ano. Assim, os recursos que discutem a questão ficam no aguardo da definição dos ministros do STF e a decisão é aplicada em todos os casos similares.

A validade da penhora de bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., antes da sucessão pela União, e a possibilidade da execução seguir com precatório também é um importante tema para o presidente do TST.

O advogado Daniel Chiode, do Demarest e Almeida Advogados, relaciona temas importantes.

"Espero que o STF aprecie a questão da validade da quitação passada pelos empregados que aderem aos Programas de Demissão Voluntária instituídos por negociação coletiva com os sindicatos de empregados. Milhões de reais foram gastos por diversas empresas em PDVs e o TST disse que os valores recebidos não implicam quitação do contrato e que o trabalhador pode ajuizar a ação contra a empresa", diz.

Demissão imotivada

Para o especialista, outro tema de imensa importância é a análise da ação sobre a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado pelo Brasil em 1982, que proíbe demissões sem justa causa. O STF adiou o desfecho do caso três vezes - na última, em 2009, por pedido de vista da ministra Ellen Gracie.

A ação, que questiona decreto do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso que revogou a convenção, tramita há quase 14 anos na Corte. A Convenção condiciona o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador a uma negociação entre empresa e sindicato.

Ainda, impede a demissão a não ser que exista causa justificada.

Chiode lembra de matérias relacionadas à extensão da validade das negociações entre empresas e sindicatos de empregados para, por exemplo, reduzir intervalo para refeição e descanso. O TST disse que isso é inválido.

Servidor

Segundo o advogado, o Supremo deve também terminar o julgamento do direito do servidor público contratado após a Constituição de 1988, sem aprovação em concurso público, ao pagamento dos valores do FGTS.

A Corte pode apreciar ainda a equiparação da situação dos trabalhadores dos Correios aos da Fazenda Pública, o que afetará as possibilidades de rescisão dos contratos de trabalho.

"A orientação adotada pelo STF nestes temas, com certeza, vai influenciar a jurisprudência do TST e dos demais tribunais trabalhistas, razão pela qual estamos na expectativa de um posicionamento", afirma Chiode.

Um caso específico já vai fazer o TST agir logo no início do ano, conforme adiantou o DCI: a mudança da Súmula 331 depois que o Supremo decidiu que o governo não responde no caso de inadimplência trabalhista de um contratado pelo poder público.

FGTS em contratos nulos, contribuição previdenciária sobre participação nos lucros e validade da quitação dos PDVs aguardam desfecho no Supremo, em 2011. (Fonte: Diário do Comércio, Indústria e Serviços)